

Descongelar as carreiras, valorizar o trabalho e os trabalhadores

- Aumentos salariais
 - Carreiras
- Negociação Coletiva
 - ADSE
- Regionalização, desconcentração e descentralização
 - Fiscalidade
- Segurança e Saúde no Trabalho
- Aposentação

Prioridades
reivindicativas
2017 | 18

1 | ► **Descongelar as carreiras, valorizar o trabalho e os trabalhadores**

São hoje vários os motivos que levam os trabalhadores da Administração Pública a poderem encarar o futuro com maior otimismo. A insistência dos sindicatos do **SINTAP** junto do Governo, no sentido de desenvolver processos negociais, tem permitido a assinatura de compromissos sérios que, por sua vez, têm permitido resolver ou começar a resolver alguns dos problemas que nunca aceitámos que se tornassem crónicos no seio da nossa Administração.

Do outro lado, temos encontrado um Governo que, de algum modo, tem demonstrado abertura e boa vontade negocial, e que tem reconhecido a justiça das reivindicações dos trabalhadores.

A reposição integral dos salários, a reposição das 35 horas de trabalho semanal, o fim da requalificação com a reintegração dos trabalhadores afetados por esse regime, a adoção de um modelo de ADSE que mantém este subsistema público, sustentável e tendencialmente mais inclusivo, são algumas das questões já resolvidas e que foram fruto de intensa luta, levada a cabo, sobretudo, à mesa das negociações, mas também, e sempre que necessário, com manifestações, vigílias, greves e outras ações que em cada momento foram consideradas as mais adequadas para a defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores.

Devido a essa persistência, estão também em curso processos de negociação que conduzirão, a médio prazo, ao descongelamento das progressões e promoções nas carreiras e à eliminação do trabalho precário na Administração Pública, matérias estas que se revestem de particular importância para a vasta maioria dos trabalhadores.

Esta é, no entanto, uma luta que nunca estará ganha, sendo muitas as reivindicações que permanecem por atender no sentido de permitir aos trabalhadores da Administração Pública recuperarem, não só o poder de compra que, paulatinamente, foram perdendo ao longo de uma década, como também recuperarem a dignidade e assistirem a uma política de recursos humanos que coloque a sua valorização como ponto central.

Assim, as reivindicações do **SINTAP** têm em consideração o estado atual da economia portuguesa, e para a qual muito contribuiu o esforço dos trabalhadores, evolução essa que se tem traduzido na divulgação sucessiva de indicadores favoráveis, nomeadamente quanto ao défice, com a saída do procedimento de défice excessivo, do crescimento económico, que está acima da média da União Europeia, da diminuição da taxa de desemprego e do crescimento do emprego.

Perante esta conjuntura, daremos desde logo especial relevância à política salarial a seguir, já no Orçamento do Estado para 2018.

2 | ► **Aumentos salariais em 2018**

Antes de mais, neste capítulo, o SINTAP exige que o Orçamento do Estado para 2018 não inclua quaisquer normas que impeçam revalorizações remuneratórias, quer seja por via de aumentos nominais, quer seja por via da progressão ou promoção nas carreiras.

Posto isto, todos os salários e pensões da Administração Pública têm de ser atualizados já em 2018, sendo a nossa proposta nominal de 2,5%, valor este que permitirá alguma recuperação do poder de compra perdido pelos trabalhadores e pensionistas.

Sendo que, de acordo com o Plano de Estabilidade apresentado pelo Governo, as previsões da inflação acumulada entre 2017 e 2022 atingem os 8,6%, **o SINTAP não aceitará que, conforme previsto no Plano, apenas em 2022 possam vir a ser consideradas atualizações salariais para os trabalhadores da Administração Pública, uma vez que isso conduziria à inaceitável continuidade do percurso de perda do seu poder de compra.**

Consideramos também que **o aumento do salário mínimo para 2018 não deverá ser nunca inferior ao verificado em 2017**, e que é urgente rever a Tabela Remuneratória Única de modo a que se restabeleça a diferença de cerca de 50 euros entre posições remuneratórias, com especial atenção para as posições iniciais.

O SINTAP exige também que o subsídio de refeição seja atualizado para os 6€ e que a atualização das ajudas de custo reflita os preços efetivamente praticados na hotelaria e restauração, sendo que, no caso do subsídio de refeição, **o SINTAP lutará no sentido da eliminação de qualquer taxação em sede de IRS e de Segurança Social, nomeadamente a que teve início em agosto, devendo o valor apurado até ao momento da extinção da taxação ser integralmente devolvido aos trabalhadores.**

Quanto ao trabalho suplementar, não existe qualquer motivo que justifique que não seja reposta a normalidade e que o respetivo pagamento seja feito de acordo com a Lei.

A atualização da remuneração complementar na Região Autónoma dos Açores e a reposição e atualização do subsídio de insularidade na Região Autónoma da Madeira.

3 | ► *Carreiras*

Uma vez que foi assinado um compromisso negocial, devidamente calendarizado, que prevê o descongelamento das progressões e promoções nas carreiras da Administração Pública, **o SINTAP lutará para que todos os orçamentos dos diversos ministérios e das autarquias contemplem as verbas necessárias para que esse descongelamento seja uma realidade para todos os trabalhadores já no início de 2018.**

Neste âmbito, todos os créditos que, ao longo dos anos, foram acumulados pelos trabalhadores em sucessivas avaliações terão de ser considerados para efeitos de progressão nas carreiras.

Para além do descongelamento das promoções e progressões nas carreiras, **é também de crucial importância que se iniciem processos de negociação relativos às carreiras inalteradas, carreiras subsistentes e carreiras não revistas.**

Existem milhares de casos de trabalhadores completamente desmotivados dadas as dificuldades com que se deparam no dia-a-dia nos seus locais de trabalho, colocados em carreiras mal remuneradas, mal estruturadas e sem qualquer perspetiva de progressão.

Nesta situação está a generalidade dos trabalhadores da Administração Pública, sendo que destacamos os pertencentes **às carreiras inspetivas dos inspetores que exercem o controlo externo do Estado, as carreiras de observação meteorológica/geofísica do IPMA, as carreiras**

técnicas das secções de processos do Departamento de Gestão da Dívida do IGFSS, a carreira de guarda florestal, as carreiras de fiscais municipais e de polícias municipais e as carreiras do pessoal não docente das escolas.

4 | ► **Respeitar os acordos, negociar mais**

O **SINTAP** exige que o Governo respeite integralmente uma das premissas base do seu programa e valorize de forme consistente e ininterrupta a negociação coletiva na Administração Pública, uma vez que, como pudemos verificar no passado recente, este é um ponto fundamental para devolver a confiança e a esperança aos trabalhadores.

Independentemente das mudanças que ocorreram e poderão vir a ocorrer no elenco governativo, os acordos assinados com os sindicatos, nomeadamente o Acordo para a negociação coletiva em 2017, celebrado em maio, terão de ser honrados.

Nesse acordo, além do combate à precariedade (PREVPAP), que deve rapidamente ser também aplicado às autarquias e do descongelamento das progressões em todas as carreiras, sem qualquer fracionamento ou exclusão, estão também calendarizados processos negociais para a discussão da política de admissões na Administração Pública, a discussão do Orçamento do Estado para 2018 e a legislação sobre acidentes de trabalho, segurança e saúde no trabalho.

Deve igualmente proceder-se à **revisão do SIADAP, no sentido de lhe conferir maior eficácia e desburocratização, e do Acordo Coletivo de Carreiras Gerais**, dando assim **continuidade à aposta que tem vindo a ser feita na negociação coletiva setorial na Administração Pública**, mantendo uma trajetória de aumento da sua dinâmica, uma vez que estão à vista e **falam por si os resultados que têm vindo a ser alcançados quando os sindicatos, sobretudo os que adotam a postura negocial do SINTAP, são chamados a assumir o seu papel de elo de transmissão entre a defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores e a respetiva entidade patronal que é, neste caso particular, o próprio Estado.**

Relembramos ainda que, no passado mês de junho, o Governo se comprometeu com a reabertura do processo de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho para os hospitais EPE (que não teve qualquer desenvolvimento no decurso da atual legislatura), não tendo, até ao presente, sido dado qualquer sinal de que tal possa vir a acontecer no curto prazo, pelo que instamos a que esse compromisso possa ser rapidamente assumido e cumprido.

5 | ► **ADSE**

A luta do SINTAP para manter a ADSE na esfera pública foi ganha. No entanto, a excessiva tutela dos Ministérios das Finanças e da Saúde sobre as contribuições dos beneficiários faz com que esta seja uma solução que fica aquém da que a nossa Federação consideraria mais acertada, com maior intervenção dos representantes dos trabalhadores na gestão do Instituto que foi criado.

Apesar disso, o caminho adotado aponta para a possibilidade de novas inscrições, e de alargamento dos seus benefícios a todos os trabalhadores que desempenhem funções em

serviços ou organismos públicos, incluindo os que estejam sob o regime de contrato individual de trabalho.

Porém, esse alargamento e abertura nunca pode colocar em causa a sustentabilidade do sistema.

Este é também um modelo que apela à participação e atribui maior responsabilidade aos trabalhadores, pelo que o **SINTAP** procurará desenvolver campanhas nos locais de trabalho sensibilizando para a necessidade de participação ativa em atos cruciais como é exemplo as eleições para o Conselho Geral de Supervisão que se realizam a 19 de setembro, naquele que é o segundo maior ato eleitoral que se realiza no nosso país este ano (apenas superado pelas eleições autárquicas), uma vez que possui um universo eleitoral com cerca de 850 mil eleitores.

6| ► Regionalização, Desconcentração e Descentralização de Serviços

O **SINTAP** insta o Governo a convocar as organizações sindicais para a negociação dos moldes em que será feita a regionalização, desconcentração e descentralização de serviços e competências para as autarquias.

7| ► Fiscalidade justa

O **SINTAP** considera também que deve proceder-se ao desagravamento da enorme e injusta carga fiscal a que os trabalhadores têm sido sujeitos nos últimos anos, nomeadamente o **aumento do número de escalões do IRS e o aumento das deduções à coleta a considerar em sede de IRS, no que diz respeito às despesas com a educação, com a saúde e com os cuidados continuados, aumentando assim a progressividade.**

8| ► Uma aposta na Segurança e Saúde no Trabalho

O **SINTAP** desenvolverá ações no sentido de dotar as entidades com competências no âmbito da prevenção e fiscalização da legislação em vigor relativa à segurança e saúde no trabalho de todos os meios necessários para o cabal desempenho das suas funções e, desse modo, aumentar a prevenção e dar maior eficácia na reparação dos acidentes de trabalho.

9| ► Despenalizar as mais longas carreiras contributivas

O **SINTAP** considera que **a medida avançada pelo Governo**, que despenaliza as reformas e aposentações antecipadas apenas para os trabalhadores que, tendo sido inscritos na CGA ou no regime geral de segurança social em idade igual ou inferior aos 14 anos, tenham, pelo menos, 46 anos de serviço e aqueles que, independentemente do momento em que tenham sido inscritos na CGA ou no regime geral da segurança social, tenham, pelo menos, 48 anos de serviço, **não é mais do que uma medida simbólica e com pouco impacto, sobretudo ao nível da Caixa Geral de Aposentações.**

O SINTAP defende a abertura de um processo negocial que procure a real valorização do trabalho e das mais longas carreiras contributivas, devendo ser possível a aposentação antecipada, sem qualquer penalização, de todos os trabalhadores que tenham, pelo menos 60 anos de idade e 40 anos de descontos.

Lisboa, 6 de setembro de 2017